

FÁBIO CAIRES CORREIA
JOÃO PAULO SIMÕES VILAS BÔAS
IGOR ADOLFO ASSAF MENDES
(ORGS.)

Sobre a(s) Democracia(s)

teorias - modelos - críticas



NÚCLEO DE ESTUDOS
**Violência, Democracia
e Direitos Humanos**



unesco

Cátedra de Juventude, Educação e Sociedade
Universidade Católica de Brasília

Sobre a(s) Democracia(s):

teorias - modelos - críticas

É NECESSÁRIO REFLETIRMOS SOBRE A DEMOCRACIA, SEUS CONTEXTOS, LIMITES E BARREIRAS. É JUSTAMENTE DIANTE DESTES CONTEXTOS QUE O NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS ORGANIZOU ESTE LIVRO, CUJO OBJETIVO É APRESENTAR DIFERENTES FORMAS DE OBSERVAR A DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA, DESDE O PONTO DE VISTA TEÓRICO ATÉ SUAS DIFERENTES FORMAS DE EFETIVAÇÃO: JURÍDICA, POLÍTICA OU CULTURALMENTE. TRATA-SE DE UMA PUBLICAÇÃO PLANEJADA ESPECIFICAMENTE PARA OFERECER CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS ORIGINAIS QUE ABORDEM O TEMA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA AMPLA E INTERDISCIPLINAR.

OS ORGANIZADORES



Editora Fundação Fênix



**Sobre a(s) democracia(s)
teorias – modelos – críticas**

Série Filosofia

Conselho Editorial

Editor

Agemir Bavaresco

Conselho Científico

Agemir Bavaresco – Evandro Pontel

Jair Inácio Tauchen – Nuno Pereira Castanheira

Conselho Editorial

Augusto Jobim do Amaral

Cleide Calgaro

Draiton Gonzaga de Souza

Evandro Pontel

Everton Miguel Maciel

Fabián Ludueña Romandini

Fabio Caprio Leite de Castro

Fabio Caires Correia

Gabriela Lafetá

Ingo Wolfgang Sarlet

Isis Hochmann de Freitas

Jardel de Carvalho Costa

Jair Inácio Tauchen

Jozivan Guedes

Lenno Francisco Danner

Lucio Alvaro Marques

Nelson Costa Fossatti

Norman Roland Madarasz

Nuno Pereira Castanheira

Nythamar de Oliveira

Orci Paulino Bretanha Teixeira

Oneide Perius

Raimundo Rajobac

Renata Guadagnin

Ricardo Timm de Souza

Rosana Pizzatto

Rosalvo Schütz

Rosemary Sadami Arai Shinkai

Sandro Chignola

Thadeu Weber

Fábio Caires Correia
João Paulo Simões Vilas Bôas
Igor Adolfo Assaf Mendes
Organizadores

Sobre a(s) democracia(s)
teorias – modelos – críticas



Editora Fundação Fênix

Porto Alegre, 2024

Direção editorial: Agemir Bavaresco
Diagramação: Editora Fundação Fênix
Capa: Editora Fundação Fênix

O padrão ortográfico, o sistema de citações, as referências bibliográficas, o conteúdo e a revisão de cada capítulo são de inteira responsabilidade de seu respectivo autor.

Todas as obras publicadas pela Editora Fundação Fênix estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 –
[Http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR](http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Série Filosofia – 136

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Sobre a(s) democracia(s) [livro eletrônico] :
teorias, modelos, críticas / organização Fábio
Caires Correia, João Paulo Simões Vilas Bôas,
Igor Adolfo Assaf Mendes. -- Porto
Alegre, RS : Editora Fundação Fênix, 2024.
-- (Série filosofia)
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-5460-129-0

1. Democracia 2. Democracia - Aspectos morais e
éticos 3. Participação política 4. Política
I. Correia, Fábio Caires. II. Bôas, João Paulo Simões
Vilas. III. Mendes, Igor Adolfo Assaf. IV. Série.

24-192510

CDD-321.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Democracia 321.8

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

DOI – <https://doi.org/10.36592/9786554601290>



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Cátedra UNESCO de Juventude,
Educação e Sociedade

The authors are responsible for the choice and presentation of information contained in this book as well as for the opinions expressed therein, which are not necessarily those of UNESCO and do not commit the Organization.

Sumário

Apresentação	13
Diferentes abordagens sobre a(s) democracia(s) contemporânea(s) <i>Os Organizadores</i>	
1. Tolerância e Democracia	23
<i>Manfredo Araújo de Oliveira</i>	
2. Hierarquização burocrática das democracias espetaculares	51
<i>Castor M.M. Bartolomé Ruiz</i>	
3. Por uma democracia ecológica: a responsabilidade como imperativo político a partir de Hans Jonas	73
<i>Jelson Oliveira</i>	
4. La disputa por la autonomía: Para un socialismo democrático, a partir de Benjamin y Adorno	91
<i>Emiliano Gambarotta</i>	
5. O Catalisador Democrático no Conceito de "Ditadura Radical do Proletariado" de Karl Marx: a luta pela soberania dos produtores sobre o trabalho	109
<i>Norman R. Madarasz</i>	
6. Sobre as dificuldades de uma cultura democrática hoje	159
<i>Douglas Garcia Alves Júnior</i>	
7. Hegel e a importância da arte na democracia contemporânea	167
<i>Adriano Bueno Kurle</i>	
8. Pensando a Democracia com Jacques Rancière	199
<i>Oneide Perius</i> <i>Fábio Caires Correia</i>	

9. Entre institucionalismo e classes sociais, Estado democrático de direito e ativismo político: sobre crítica da ideologia, racionalidade política e hegemonia social	213
<i>Fernando Danner</i>	
<i>Leno Francisco Danner</i>	
10. Normatividade imanente e institucionalização das práticas sociais de participação política em Iris Marion Young	233
<i>Wesley Fernandes Araujo Freire</i>	
11. Não há educações ambientais sem as radicais democracias: ou das perspectivas ecologistas em educação contra os fundamentalismos	263
<i>Rodrigo Barchi</i>	
12. Participação das crianças na escola de educação infantil e as discussões sobre o tema	285
<i>Natalí Angela Zanfelicce</i>	
<i>Laura Noemi Chaluh</i>	
13. Uma nova profissão em A República de Platão	301
<i>Estevan de Negreiros Ketzer</i>	
14. Educação, formação e democracia na sociedade administrada	315
<i>Cleudes Maria Tavares Rosa</i>	
15. Participação Política Intrapartidária, Metamorfoses da Juventude em Moçambique: caso partido Frelimo na cidade de Quelimane entre 2010-2015	331
<i>Alda Silvano Davane</i>	
<i>Álvaro Veloso F. Bô</i>	
16. A descentralização como mecanismo de inclusão social em moçambique: do central ao local	349
<i>Luis Diogo Alberto</i>	

17. Autodeterminação de Moçambique, sua opção pelo Socialismo e derrocada na Democracia	359
<i>Alda Silvano Davane</i>	
<i>Álvaro Veloso F. Bô</i>	
<i>Abdala Mussa Inaque</i>	
18. O que o terrorismo em cabo delgado pode ensinar para uma possível sadcnização da região da África austral	381
<i>Arcénio Francisco Cuco</i>	
<i>Felizardo António Pedro</i>	
19. O daimon como o outro da democracia ocidental: uma leitura anarqueológica	395
<i>Tiago Brentam Perencini</i>	
20. O declínio dos preceitos da democracia liberal face às dinâmicas do capitalismo	419
<i>Cremildo de Abreu Coutinho</i>	
21. Os discursos e a democracia do século XXI: as novas ascensões dos governos de direita	439
<i>Lorena da Silva Bulhões Costa</i>	
22.O debate entre J. Habermas e R. Rorty	465
<i>Sâmara Araújo Costa</i>	
23.Neoliberalismo e as crises das democracias no século XXI: reflexões e alternativas	
<i>Adriano Rodrigues de Oliveira</i>	481
Sobre os/as autores/autoras	513

4. La disputa por la autonomía:

Para un socialismo democrático, a partir de Benjamin y Adorno



<https://doi.org/10.36592/9786554601290-04>

*Emiliano Gambarotta*¹

La industria cultural impide la formación de individuos autónomos, que juzguen y decidan conscientemente. Estos individuos serían el presupuesto de una sociedad democrática, que sólo se puede mantener y desplegar con personas mayores de edad.

Theodor W. Adorno.

La cita del epígrafe es una de las pocas ocasiones en las que Adorno utiliza la noción de "democracia", sin embargo, ésta no es una cuestión ausente de su pensamiento, antes bien, puede considerarse que su preocupación por ella es uno de los ejes que atraviesan al conjunto de su obra. Pero en un gesto característico de su estilo, su mirada se concentra en los procesos que impiden que la promesa democrática se concrete en el presente, como el mismo epígrafe apunta en su cuestionamiento a la industria cultural que puede ser leído, entonces, como una crítica a procesos culturales anti-democráticos. Esta preocupación subyace a sus estudios sobre la industria cultural, así como a sus escritos sobre educación, es el foco de sus investigaciones sobre la personalidad autoritaria y de la dialéctica por la cual "la ilustración es totalitaria como ningún otro sistema" (HORKHEIMER y ADORNO, 2001, p. 78). Pues esa lógica totalitaria entraña la negación más acabada de la posibilidad misma de un lazo social democrático (GAMBAROTTA, 2014). A esta luz, la demanda por que los seres humanos orienten "su pensamiento y su acción de tal modo que Auschwitz no se repita, que no ocurra nada parecido" (ADORNO, 2005, p. 334) puede ser entendida como la necesidad de orientar nuestro pensamiento y

¹ CONICET, IDAES/UNSAM, FaHCE/UNLP. <https://orcid.org/0000-0002-8526-4819>

acción en pos de una profundización de la democracia, combatiendo los procesos que obturan su concreción en el presente.

Una de las instancias de esa tarea es, entonces, propugnar la autonomía del individuo sin la cual la democracia no es posible. Ella es cancelada por la lógica totalitaria, así como erosionada en la personalidad autoritaria, pero éstos no son los únicos procesos que la amenazan, también se produce una apropiación de la autonomía y de la figura del individuo –si es que ambos términos son siquiera escindibles– por parte de culturas antidemocráticas. Esto último entraña una lucha por el sentido de la autonomía hoy, la cual cabe inscribir en el más amplio esfuerzo por elaborar una manera de percibir y aprehender la democracia que no sea apropiable por dichas culturas antidemocráticas.²

Autonomía del individuo y de los materiales

La manera en que Adorno concibe a la autonomía presenta una clara raíz kantiana, en tanto implica el abandono de un estado de minoridad de edad, para asumir, sin tutelajes, la propia voz, en su particularidad individual, a la hora de producir un juicio sobre el mundo social. En contraste, la industria cultural contiene la tendencia a la disolución de esa individualidad, al plantear una relación con la cultura que gira en torno a la producción masiva de mercancías para su consumo igualmente masivo. Que hoy nuestra relación con la literatura, el cine, etc. sea entendida bajo el prisma de los *consumos* culturales no deja de ser una expresión de este proceso. Por esta vía, entonces, la subjetividad adquiere el carácter de “masa”, pero donde “es la industria cultural quien las convierte en masas y a continuación las desprecia e impide su emancipación” (ADORNO, 2008, p. 302). A la vez, los materiales culturales mismos pierden su autonomía, en tanto producidos para su consumo en el mercado, antes que siguiendo la lógica interna de su propia esfera (la literaria, la cinematográfica, etc.). Proceso que tiene uno de sus rasgos más sintomáticos en la

² En este sentido, el presente trabajo es un elemento de una constelación que también tiene entre sus elementos centrales a la interrogación de la libertad (GAMBAROTTA, 2023a), de la igualdad (GAMBAROTTA, 2017), de la sorofraternidad (GAMBAROTTA, 2020b), del pluralismo (GAMBAROTTA, 2020a), de lo público (GAMBAROTTA, en prensa) y de la idea del socialismo (GAMBAROTTA, 2023b).

transformación de la categoría de *bestseller* –es decir, de una condición (exitosa) en el mercado– en un género literario, una lógica del material.

Esto también acontece cuando la industria cultural aborda a la política, en ficciones en las cuales “todo es privado” (ADORNO, 2009, p. 459), así, los conflictos políticos puestos en escena son representados como conflictos entre personas, que persiguen sus intereses privados y dan rienda suelta a sus vicios (avaricia, búsqueda del poder) o virtudes (heroísmo). Sin que se vea “nada de la dinámica objetiva”, como si todo fuese el sólo producto “de los defectos de carácter de políticos ambiciosos”, vía por la cual “se lleva a cabo una personalización infantil de la política” (ADORNO, 2009, p. 459). En este punto la pérdida de la capacidad para un juicio autónomo, por parte del individuo, se entrelaza con la pérdida de autonomía de los materiales culturales, al ser éstos subordinados a otra lógica, la de la industria cultural que produce mercancías para su consumo en el mercado.

Esta problemática está en el centro de una de las discusiones epistolares que Adorno mantiene con Benjamin (ADORNO y BENJAMIN, 2021), en tanto éste último elabora una crítica de esa idea de autonomía, cuyo estandarte para el mundo del arte está dado por la proclama de “*l’art pour l’art*”. Benjamin ve en ella una “teología del arte”, que tiene por centro “la idea de un arte ‘puro’ que rechaza [...] cualquier función social” (BENJAMIN, 1979, p. 26), diferenciándose así del “arte cultural” que cumplía una clara función en el marco del rito religioso. Esa “purificación” del arte sólo se consigue a través de una abstracción que la escinde de sus vínculos con las demás prácticas sociales, dando lugar a un arte autónomo, pero cuya autonomía es de carácter abstracto. Proceso que deriva en la estetización del arte, es decir, en la percepción de esa práctica (social) como teniendo únicamente una función artística, desvinculada del resto de la sociedad. Y es también esta autonomía abstracta la que subyace a la “estetización de la política” que Benjamin critica, pues en ella ya no una esfera social, sino la lógica de la sociedad en su conjunto, es percibida como autonomizada, respondiendo a una lógica propia que podemos contemplar (como quien contempla una pieza en el museo), pero no modificar. Se torna, en definitiva, una “segunda naturaleza”.

Adorno también cuestiona esta autonomía abstracta cuando subraya “el carácter doble del arte, como autonomía y como *fait social*” (Adorno, 2011: 303), pues

la primera puede (y suele) llevar a la negación del segundo y con ello a una escisión completa entre la práctica artística y una sociedad que permanece sin cambios. Es por ello que “el arte autónomo se ofrece mediante su repudio de la sociedad [...] también como vehículo de la ideología: en la distancia deja intacta a la sociedad que le horroriza (Adorno, 2011: 298). Por esta vía, entonces, arribamos a un uso ideológico de la noción de autonomía, uso que se asienta en un proceso de abstracción por el cual la institución de una lógica propia es percibida como carente o ajena a relación para con el resto de los procesos sociales, es decir, purificada de todo condicionamiento por y carente de toda consecuencia en el modo en que la sociedad se ordena y desordena a sí misma.

Este uso ideológico de la autonomía no sólo se pone en juego al abordar materiales culturales, también pesa sobre el modo en que se percibe al individuo, al (re)presentarse a este último en un aislamiento que lo escinde de todo lazo con lo social. Gesto propio de las “robinsonadas” que ya Marx le discutía a la economía política clásica y que, desde entonces, ha sido uno de los *leitmotiv* de la teoría crítica. Anverso cuyo reverso es una autonomización de la sociedad que (re)presenta a su lógica como algo ajeno al individuo y su práctica, en definitiva, como aquella segunda naturaleza a la que el concepto de estetización de la política remite. Frente a esto, “el pensamiento dialéctico se opone a toda cosificación también en el sentido de negarse a confirmar a cada individuo en su aislamiento y separación. Lo que hace es definir el aislamiento como producto de lo general” (ADORNO, 2001, p. 69). En este sentido, Adorno también afirma que “el sujeto que presuntamente es en sí está en sí mediado por aquello de lo se separa, la conexión de todos los sujetos” (ADORNO, 2005, p. 201). La actualidad de esta crítica, de raíz marxiana, a la autonomía abstracta es una marca que evidencia que la apelación a su función ideológica no ha perdido vigencia, por el contrario, ha ganado un nuevo protagonismo como uno de los pilares en los que se asienta el espíritu del neoliberalismo.

¿Autonomía o dependencia?

En efecto, la categoría de autonomía juega un papel central en lo que, con Boltanski y Chiapello (2010), podemos llamar “el nuevo espíritu del capitalismo”, el

cual surge como un cuestionamiento hacia el "espíritu" del capitalismo anterior, aquél que terminó de consolidarse en la Posguerra y dio lugar a los llamados "30 gloriosos". Dicho cuestionamiento tiene por eje la defensa de un nuevo lugar para el individuo, menos controlado por las grandes burocracias (estatales o privadas), cuyo reverso es la mayor responsabilidad que se le atribuye a ese individuo, tanto por sus actos como, en general, por su destino social. En suma, la innovación que presenta este espíritu del capitalismo neoliberal "consistirá principalmente en reconocer la validez de la exigencia de autonomía e, incluso, en hacer de ella un valor absolutamente central del nuevo orden industrial" (BOLTANSKI y CHIAPELLO, 2010, p. 280). Base sobre la cual se pone en discusión todo tipo de tutelaje sobre el individuo, especialmente el estatal pero también el proveniente de las grandes organizaciones burocráticas, sean éstas públicas (sindicatos, etc.) o privadas (como las grandes compañías que organizaban el conjunto de la vida de sus trabajadores), y ello en nombre de su autonomía, de su libertad para emprender "proyectos" siempre nuevos. En una reinención constante de la propia vida, que requiere estar desligado de todo vínculo o posición estable, pues, aun cuando ella nos prometa la estabilidad y seguridad de una carrera laboral, lo hace al precio de estancarnos en la realización de un trabajo siempre-igual. En esta perspectiva se considera preferible, por tanto, "posicionarse en una red de posibilidades más que quedarse paralizado en un trabajo dado" (SENNETT, 2000, p. 64).

En este contexto, "la autonomía ha sido intercambiada por la seguridad abriendo la vía a un nuevo espíritu del capitalismo que alaba las virtudes de la movilidad y de la adaptabilidad, mientras que el precedente se preocupaba, sin duda, más de la seguridad que de la libertad" (BOLTANSKI y CHIAPELLO, 2010, p. 294). Es así como se acepta y hasta valora el "riesgo" de una vida incierta, pues enfrentarlo es una marca de esa autonomía que no descansa en garantías que nos vienen dadas desde el exterior, de una sociedad administrada que atenta contra la individualidad y su capacidad de emprender constantemente cosas nuevas. De allí que su figura más potente sea la del "emprendedor", siempre dispuesto a iniciar nuevos proyectos, sin apego alguno por los viejos, enfrentando autónomamente el riesgo como un buen empresario de sí mismo, capaz de tornar capital no sólo sus habilidades sino también sus contactos personales y hasta sus *hobbies*. En una fantasía neoliberal según la

cual se hace del propio pasatiempo un emprendimiento, volviéndonos millonarios sin dejar de hacer aquello que nos entretiene. Esta nueva encarnación del mito del *self made man* –que acompaña al capitalismo desde sus orígenes– conlleva una redefinición del *homo œconomicus* que, según Foucault, es ahora entendido como un “empresario de sí mismo, que es su propio capital, su propio productor, la fuente de [sus] ingresos” (2016: 265).

En todos estos análisis del neoliberalismo la categoría de autonomía desempeña un papel central, la cual propicia una percepción de lo político que encuentra su fundamento en un individuo cuya libertad hay que defender, aun cuando ello implique resignar seguridad y garantías. Más aún, el riesgo es bienvenido en tanto prueba para la propia autonomía, marca de que no necesitamos la protección social brindada por las grandes organizaciones y sus burocracias. Pues ellas instituyen un mundo administrado, cuya racionalización no deja lugar a la creatividad individual, antes bien, con su tutelaje reducen a los individuos a apéndices de la maquinaria burocrática.

En este punto la defensa neoliberal del individuo, frente a su disolución en dicha maquinaria, parece coincidir con las críticas que el propio Adorno realiza al “mundo administrado”, en el cual “conceptos como autonomía, espontaneidad, crítica, se cancelan” (ADORNO, 2004, p. 129). Con esto se evidencia como el cuestionamiento neoliberal del espíritu del capitalismo de Posguerra entraña una particular apropiación de algunas de las críticas al capitalismo (no a uno de sus espíritus, sino al sistema en su conjunto), a partir de la cual se elabora una nueva justificación de las relaciones capitalistas, ahora en su expresión neoliberal (BOLTANSKI y CHIAPELLO, 2010; SENNETT, 2013).

Este espíritu del neoliberalismo, con su defensa de la autonomía (abstracta) y del individuo (aislado), muestra toda su potencia, entonces, en su crítica de las relaciones sociales preponderantes durante los “30 gloriosos”, que hacen del trabajo *en relación de dependencia* la fuente de seguridades y garantías, a cambio, justamente, de que se acepte dicha dependencia, resignando autonomía y libertad. La fortaleza de este espíritu sólo se acrecienta cuando se lo enfrenta desde aquellas narraciones a las que cabe denominar “dependentistas”, en tanto se caracterizan por propugnar una vuelta a esas garantías que se consiguen en la dependencia, trazando

un horizonte en el cual los trabajadores pueden volver a comer churrasco y tomarse una cervecita los sábados –por parafrasear una frase de campaña de Luiz Inácio Lula da Silva, que encuentra expresiones similares en la Argentina– siempre y cuando de lunes a viernes acepten la dependencia en el mundo laboral, es decir, lo que la tradición crítica llamaba “trabajo alienado”.

En definitiva, si el horizonte que hoy prometen los sectores progresistas o de centroizquierda es la seguridad en (y de) la dependencia, ¿cómo no reconocer la potencia de la promesa neoliberal de libertad y autonomía? Según la cual puedo emprender constantemente nuevos proyectos, pues “cada individuo no tiene un acotado círculo exclusivo de actividades, sino que puede desarrollar sus aptitudes en la rama que mejor le parezca, [...] con lo que [se] hace cabalmente posible que yo pueda dedicarme hoy a esto y mañana a aquello” (MARX y ENGELS, 2017, p. 27). Esta cita, en la que Marx y Engels caracterizan a la sociedad comunista, nos indica nuevamente la apropiación por parte del neoliberalismo de motivos de la tradición crítica al capitalismo, sin embargo, ello no debe llevarnos a descuidar que de esa apropiación también extrae una potente promesa que opone autonomía a dependencia.

El recorrido anterior permite, en primer lugar, evidenciar la relevancia y actualidad de discutir hoy la cuestión de la autonomía, que ha sido apropiada por el espíritu del neoliberalismo y a la que, desde el “progresismo” o la “izquierda”, se la cuestiona apelando a un discurso dependentista, el cual gira en torno a la defensa de un espíritu anterior del capitalismo, el burocráticamente regulado y administrado. A la vez que esto nos indica, en segundo lugar, un camino a transitar: la apuesta por una autonomía no-capitalista, a la cual cabe caracterizar como “socialista”, en tanto esta noción contiene “una larga trayectoria histórica como designación preeminente de la alternativa al capitalismo” (FRASER, 2023, p. 211). Autonomía sin la cual la sociedad democrática no es posible, pero sí una autoritaria, como se desarrollará en el próximo apartado.

Autonomía en lo colectivo

La ausencia de autonomía individual es una de las preocupaciones que guía al estudio adorniano de la personalidad autoritaria, cristalizando en la variable "sumisión autoritaria" (ADORNO et al, 1965), a través de la cual se procura aprehender la tendencia de los encuestados a aceptar y subordinarse a la autoridad del colectivo y, en última instancia, del líder que lo personifique. Sin analizar, a través de un juicio autónomo, los mandatos de dicha autoridad ni las convenciones generales del colectivo del cual se forma parte, es decir, mostrando una actitud "convencionalista" (ADORNO et al, 1965). A la vez que toda visión otra, que no sea percibida como parte del "nosotros" colectivo, es entendida no como una manera otra de ver lo mismo (pluralismo), sino como la figura de un enemigo que amenaza al propio colectivo y, como tal, ha de ser erradicado, dando lugar, así a una "agresividad autoritaria" (ADORNO et al, 1965) para con el diferente. Conjunto de actitudes que producen un cierre comunitario del colectivo, generando lo que cabe entender como una "retribalización" (SENNETT, 1978, p. 420) de la política y, más en general, del espacio público, que hoy suele ser leída bajo la categoría de "polarización".

Ese autoritarismo, con su cierre comunitario, propugna una fuerte *identidad* política, si entendemos "identidad" en un sentido adorniano, es decir, no como cualquier relación entre elementos –en este caso, la relación del sujeto para consigo mismo y para con los otros–, sino aquella por la que se torna equivalente lo diferente, reduciendo todo a la unidad. Lógica propia de la ilustración, para la cual todo exterior representa la imagen del enemigo, por lo que desconfía de todo aquello que no pueda ser reducido a la unidad. Es en esa lógica identificante donde reside, en última instancia, el carácter totalitario de la ilustración.

Adorno desarrolla su crítica a la identidad en el terreno de una teoría del conocimiento (al abordar la dialéctica del concepto) y en su teoría del arte, abordando, en ambos casos, una relación sujeto-objeto. Lo que propongo es extender dicha crítica a la relación sujeto-sujeto, específicamente, aquella que se da en el lazo político, es decir, extenderla al terreno de la teoría de lo político (propuesta que he desarrollado en GAMBAROTTA, 2020b, cuyo argumento fundamental aquí

retomo). Sobre esta base puede caracterizarse a la identidad política como aquella relación, para con uno mismo y para con el otro, que no da lugar a la diferencia ni a la división como no sea externa, parte de un exterior percibido como amenazante, en tanto su no-identidad viene a relativizar la propia identidad política, el sentido del mundo que ella contiene, agrietando el cierre comunitario, en definitiva, atentando contra la propia tribu. Frente a lo cual la defensa de la propia identidad muestra su reverso en la "agresión autoritaria" para con aquel percibido como diferente, que no se reduce a la unidad.³

La retribalización de la política no es, entonces, tan sólo un escenario de polarización, "también es una identidad colectiva; es una manera de poder decir quiénes somos 'nosotros'" (SENNETT, 1978, p. 276), forjando así una personalidad colectiva, a partir de la cual se percibe al espacio público como una colección de personalidades enfrentadas (nótese el punto de contacto con la "personalización infantil de la política" que, según Adorno, la televisión propugna). Marco en el cual el "camino para estabilizar la apariencia propia es destruir al enemigo. La purga es la lógica de una personalidad colectiva" (SENNETT, 1978, p. 311). Desde el punto de vista que percibe a lo político a través de la categoría de identidad, nada escapa a esta lógica identificante, por la que todo acto se torna equivalente o bien de la propia personalidad, o bien de la del enemigo, que es tal porque amenaza a la mismidad comunitaria. En suma, "si cada acto es un símbolo de personalidad [...], entonces aquellos que no parecen llevar nuestros propios símbolos deben ser inauténticos, mentirosos, falsos y, por lo tanto, deberían ser destruidos" (SENNETT, 1978, p. 311), así como combatidos sus actos, en cualquier ámbito en que se produzcan.

Ahora bien, en esta lógica cultural de carácter autoritario lo comunitario se impone sobre la imagen de un individuo escindido, en tanto cada uno es parte de un "nosotros" con el que comparte un conjunto de visiones y valores a ser defendidos frente a visiones otras que lo amenazan, sean inmigrantes, diversidades o la "casta"

³ Por supuesto, no todo lo que coloquialmente denominamos bajo el término "identidad política" se ajusta a esta descripción, pero si consideramos que nuestra percepción del mundo social se encuentra mediada por las categorías a través de las cuales lo percibimos, entonces tenemos buenas razones para dar cuenta de las tendencias inscriptas en tales categorías, en pos de abrir nuevos horizontes de percepción, en una batalla por el sentido que es uno de los objetivos principales de toda crítica de la cultura.

política. Se trata, por tanto, de un modo y manera de la percepción distinta a la neoliberal, pero no por ello completamente incompatible, antes bien, su combinación da forma a una específica constelación de fuerte presencia en nuestro presente, que puede fomentar la autonomía (abstracta) del individuo (aislado), a la vez que brinda una sensación de pertenencia a un colectivo (tribal). Punto de vista para el cual el destino individual reside únicamente en las propias manos, en mi capacidad de emprender mi propio proyecto y si no consigo avanzar es por culpa de esa otra tribu, que no hace más que poner palos en la rueda, para su propio beneficio personal. La destrucción del enemigo, con su reafirmación de la identidad del colectivo comunitario, se torna, para esta perspectiva, en condición de posibilidad para la realización del individuo emprendedor.

Si esa articulación entre individuo y colectividad nos suena extraña, eso dice algo de nuestra actual manera de ver el mundo, pues la mediación del individuo autónomo por la lógica social en la que se inscribe y, viceversa, la producción y configuración de lo social a través de las prácticas y juicios del individuo, es el horizonte (utópico) hacia el que ha tendido siempre la tradición de la teoría crítica. Pues, en última instancia, "la felicidad individual no es posible si no incluye virtualmente la felicidad de la sociedad en su conjunto", lo cual lleva al "reconocimiento de la sociedad, del todo, como el verdadero sujeto de la felicidad" (ADORNO, 1962, p. 89). En suma, la constelación entre neoliberalismo y el actual autoritarismo puede plantear la posibilidad de una autonomía enlazada a lo colectivo y de un colectivo que posibilita esa autonomía. Frente a lo cual la perspectiva crítica que apuesta por un socialismo democrático no sólo ha de cuestionar la dimensión ideológica de esa autonomía, así como el carácter autoritario de semejante colectivo tribal, sino que también ha de evitar tirar al niño con el agua sucia y caer en una defensa del dependentismo que abandona la preocupación por alcanzar una autonomía del individuo, sin la cual la democracia no es posible.

Una autonomía en y por la práctica

Llegados a este punto se vislumbra una tarea para la crítica: desplegar una lucha cultural acerca del sentido de la autonomía del individuo, en contra de su

disolución en una relación de dependencia o en esa subjetividad a la que Adorno llama "masa", a la vez que se rompe con la percepción abstracta de dicha autonomía. Esto último implica señalar sus condiciones de posibilidad sociohistóricas, primer paso para la defensa y extensión de dichas condiciones y, con ellas, de la posibilidad de una autonomía, que ya no es pura (abstracta), sino condicionada por tales condiciones, es decir, que se produce en relación a ellas. Esta autonomía relativa de los individuos –así como de los materiales culturales– no se sitúa, entonces, de espaldas a lo sociohistórico, sino que se conquista dentro de él, en una inmersión en sus lógicas, cuya captación es, al mismo tiempo, una autorreflexión sobre aquello que nos condiciona, vía por la cual puede abrirse un sendero que nos permita dejarlo atrás. En un gesto coextensivo a la dialéctica negativa adorniana y, en particular, a la "segunda revolución copernicana" por él propuesta. La libertad, la felicidad e incluso la autonomía no pueden ser conquistadas individualmente, sino a través de la sociedad, en la medicación con ésta y, sobre todo, luchando contra los procesos que, en ella, impulsan la heteronomía, como es el caso de la industria cultural y, en general, de la estetización.

Sin embargo, un planteo como el del párrafo anterior puede ser tachado de "teoricista", en tanto presupone esa relación distanciada para con el mundo, propia del punto de vista teórico, base sobre la cual se conseguiría dar cuenta de los condicionamientos que pesan sobre la autonomía. El propio Adorno señala esto al sostener que "el que vive distanciado se halla tan implicado como el afanoso; frente a éste no tiene otra ventaja que la conciencia de su implicación y la suerte de la menuda libertad que supone tener ese conocimiento" (ADORNO, 2001, p. 23). Afirmación cuyo reverso es que el afanoso ni siquiera podría tener acceso a esa "menuda libertad", esto es, se mantiene encerrado en su relación de implicación con el mundo. Por eso "los únicos que pueden oponérsele espiritualmente son aquellos que él no haya modelado completamente. La crítica del privilegio se convierte en privilegio: así de dialéctico es el curso del mundo" (ADORNO, 2005, p. 48). En suma, es adquiriendo ese punto de vista privilegiado que se puede si no romper al menos agrietar la relación de implicación con el mundo, y la heteronomía que tal relación entraña.

El problema de esta postura es, entonces, que no pareciera haber otro camino más que el de adoptar el punto de vista propio del teórico crítico, o bien quedar encerrado en la pseudoindividualidad de la masa. Sin embargo, en torno a esta cuestión puede inscribirse otra arista de la discusión epistolar que Benjamin y Adorno mantienen, pues aquél señala elementos que contienen la potencialidad de propiciar –lo que cabe entender como– una autonomía en la práctica y por la práctica. En efecto, Benjamin considera que la reproductibilidad técnica del arte (que no equivale a la industria cultural), la masividad que ella genera, posibilita “acercar espacial y humanamente las cosas” (BENJAMIN, 1979, p. 24). Un acercamiento espacial, por el cual cualquiera tiene a mano una película, mientras que el original de una pintura se encuentra, con suerte, en un único museo en todo el mundo, y ello posibilita el acercamiento humano. Pues permite que se tenga una experiencia del material cultural en cuestión, signada por su uso habitual, a través del cual se establece una relación no-aurática, es decir, no marcada por la lejanía, por más cerca que tengamos al material. Esto es lo que da lugar a esa “recepción táctil” de la que Benjamin habla, la cual “no sucede tanto por la vía de la atención como por la de la costumbre” (BENJAMIN, 1979, p. 54).

Se trata de una relación con los materiales culturales muy distinta a aquella propiciada por la de la estetización del arte y de la política, en tanto ésta produce un efecto de lejanía, que mantiene distante al receptor, quien se limita a contemplar algo que no puede tocar (como un cuadro en un museo), que no puede alterar ni hacerlo propio. La recepción táctil, en cambio, es el producto de una relación de uso para con esos materiales culturales, sean éstos artísticos o políticos. Un vínculo dado por la práctica habitual, la cual posibilita la producción de un juicio semiexperto sobre dicho material, como aquél que Benjamin señala al afirmar que “es propio de la técnica del cine, igual que de la del deporte, que cada quisque asista a sus exhibiciones como un semiexperto [*halber Fachmann*]” (BENJAMIN, 1979, p. 39, traducción modificada). En suma, la relación habitual, propiciada por la cercanía con esos materiales, posibilita dicho conocimiento semiexperto de ellos, de la lógica que les es propia, en definitiva, genera las condiciones para la percepción de ese material en su autonomía (relativa),

produciendo un juicio, por parte del receptor, que puede responder a su propia evaluación de lo así percibido, es decir, un juicio (semi)autónomo.⁴

Aún hoy, en ese nuevo espacio público que configuran las redes sociales, incluso cuando el mismo se encuentra privatizado –en tanto compañías privadas son dueñas de esos espacios– y mercantilizado –pues se procura monetizar lo que allí circula– el cine y el deporte siguen generando discusiones y debates asentados en lo que cabe considerar un juicio práctico autónomo. Me refiero, por ejemplo, no a los muchos videos que pueden encontrarse en Youtube® que hacen un recorte de las mejores jugadas de un partido de fútbol o de un combate de box, o bien de las mejores escenas de una película, recortes que se concentran en la espectacularidad de las imágenes, apelando a una lógica sensacionalista como la que Benjamin cuestiona, en tanto versión extrema de lo que él denomina “información” (BENJAMIN, 1986a; GAMBAROTTA, 2020c). Es decir, una forma de comunicación que trasmite piezas aisladas de contenido que no necesitan de un contexto mayor para ser entendidas, por lo que son comprensibles de suyo, y que, una vez que han producido su espectacular impacto, no dejan rastros en el receptor, como no sea la tendencia a seguir consumiendo más imágenes sensacionalistas. Me refiero, en cambio, a lo que cabe caracterizar como “video-ensayos” (GAMBAROTTA, 2022), ya que son piezas que pretenden analizar uno o varios aspectos de un filme o de una competición deportiva, planteando una tesis de lectura de esos materiales (cuál fue la estrategia de un boxeador en un determinado combate, aprovechando las falencias de su oponente; cuáles son los defectos del guion de un filme que llevan a la pérdida de su sentido narrativo, entre otras), para sostener a la cual se desarrolla un argumento que se mete dentro de la obra en cuestión, mostrando imágenes y proponiendo análisis que dan sustento a la tesis planteada. Aún cuando estos video-ensayos no necesariamente dan lugar a una crítica de ese material, sí contienen una relación para con él que rompe con el vínculo superficial e inmediateista que caracteriza al sensacionalismo.

⁴ Juicio al que cabe considerar como opuesto a la “semiformación” de la que Adorno habla (2004), en tanto ésta última conduce a la disolución de aquellas condiciones que posibilitan la producción de un juicio, mientras que en Benjamin podemos encontrar elementos para aprehender las condiciones que lo posibilitan, en y por la relación práctica (de uso) con los materiales.

Por esta vía se puede delinear, en nuestro presente, una recepción táctil, que no reitera la lógica del individuo aislado, quien desde su distancia, que es también una desconexión, *contempla* un determinado material cultural, frente al cual se sitúa. Antes bien, aquí el individuo se mete dentro de la lógica de ese material, al cual hace propio, lo usa, a la vez que da cuenta de características específicas de esa lógica, en su relativa autonomía, que es también reconocerle a ese material dicha autonomía.

Si la relación sensacionalista se asocia a una recepción de carácter consumista, en tanto los materiales se consumen completamente en cuanto son recepcionados, dando lugar a un ciclo de permanente búsqueda de “novedades” que son siempre iguales (dinámica que tiene su quintaesencia en la moda), el juicio práctico-autónomo del semiexperto se asocia con la figura del aficionado, en quien “coinciden la actitud crítica y la fruitiva” (BENJAMIN, 1979, p. 44), es decir, coincide “la actitud de quien opina como perito” (BENJAMIN, 1979, p. 44) con el disfrute de ese material, al que la etimología de la palabra “amateur” hace referencia y la voz brasilera “amador” subraya. Dos modos de recepción distintos al que cabe agregar un tercero: el hincha o fanático, quien, al acercarse a un determinado material cultural, pone en primer lugar su interés no en la lógica de ese material, sino en la propia identidad, compartida con otros, a través de lo cual se genera un “nosotros” opuesto a un “ellos”. Un modo de recepción que pone en un segundo plano la cuestión de la calidad de un deportista (o de un director de cine o una banda musical), pues el primero lo ocupa la defensa u ataque de ese deportista, según sea considerado integrante del “nosotros” o parte de “ellos”. Se trata, en definitiva, de una recepción identitaria del material cultural, que lo percibe como parte del enfrentamiento entre tribus (GAMBAROTTA, 2023c).⁵

Estamos, una vez más, en el terreno por el cual la autonomía del individuo, junto con su capacidad de juzgar, se encuentra tensionada, por un lado, por la lógica mercantil que ve autonomía en el aislamiento, del individuo o de fragmentos de material que quedan fuera de todo contexto, de toda tradición. Y, por el otro, por una lógica identificante que todo lo percibe a partir de una mirada tribal, para la cual una

⁵ Por supuesto, estos tres modos de recepción, aun cuando analíticamente diferenciables, pueden coexistir en un mismo individuo empírico, no sólo de forma sucesiva, sino incluso simultáneamente. Pero en una coexistencia no exenta de tensiones que pueden iluminarse, justamente, a través de esta diferenciación analítica.

perspectiva otra es ya la imagen de un enemigo a ser combatido. Frente a lo cual se plantea el desafío de propugnar esa autonomía práctica propia de la recepción táctil y el conocimiento semiexperto, a partir de la cual puede concretarse, aquí y ahora, una politización del arte –que incluye al cine–, de los deportes y de la política. Sin que ésta última se diluya en una recepción óptica, que estetiza la política, al presentarla como un espectáculo a sus propios protagonistas, ni se la destruya en el enfrentamiento entre hinchas, cuyo rechazo de todo lo que no se reduzca a la unidad, a la propia identidad, es un paso en el camino hacia una cultura autoritaria. Propiciar que las miradas distintas de lo mismo, que se guían por orientaciones valorativas diferentes, se expresen a través de juicios práctico-autónomos, asentados en un conocimiento semiexperto del material (artístico, deportivo, político) en cuestión, presentándose de este modo en la escena pública, que es también combatir la creciente estetización y tribalización de esta última, es, entonces, una tarea impostergable para la teoría crítica que apuesta por la democracia socialista.

Referencias bibliográficas

ADORNO, Theodor W. *Prismas. La crítica de la cultura y la sociedad*. Barcelona: Ariel, 1962.

ADORNO, Theodor W. *Minima Moralia*. Madrid: Taurus, 2001.

ADORNO, Theodor W. *Consignas*. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

ADORNO, Theodor W. *Escritos sociológicos I. Obra completa, 8*. Madrid: Akal, 2004.

ADORNO, Theodor W. *Dialéctica negativa*, en *Obra completa, 6*. Madrid: Akal, 2005.

ADORNO, Theodor W. *Crítica de la cultura y sociedad I. Obra completa, 10/1*, Madrid: Akal, 2008.

ADORNO, Theodor W. *Crítica de la cultura y sociedad II. Obra completa, 10/2*, Madrid: Akal, 2009.

ADORNO, Theodor W. *Teoría estética. Obra completa, 7*. Madrid: Akal, 2011.

ADORNO, Theodor W. et al., (1965), *La personalidad autoritaria*, Buenos Aires: Editorial Proyección.

ADORNO, Theodor W. y Walter BENJAMIN. *Correspondencia 1928-1940*. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2021

BENJAMIN, Walter. "La obra de arte en la época de su reproductibilidad técnica", en *Discursos interrumpidos*. Madrid: Taurus, 1979.

BENJAMIN, Walter. "Sobre algunos motivos en Baudelaire", en *Sobre el programa de la filosofía futura*. Barcelona: Planeta-Agostini, 1986a.

BENJAMIN, Walter. "El narrador", en *Sobre el programa de la filosofía futura*. Barcelona: Planeta-Agostini, 1986b.

BOLTANSKI, Luc y Eve CHIAPELLO. *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid: Akal, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Nacimiento de la biopolítica*. Buenos Aires: FCE, 2016.

FRASER, Nancy. *Capitalismo caníbal*. Buenos Aires: Siglo XXI, año.

GAMBAROTTA, Emiliano. *Hacia una teoría crítica reflexiva*. Buenos Aires: Prometeo, 2014.

GAMBAROTTA, Emiliano. *Bourdieu y lo político*. Buenos Aires: Prometeo, 2016.

GAMBAROTTA, Emiliano. "Jacques Rancière y el problema acerca de cuándo 'hay política'. La igualdad como fundamento y sus consecuencias (des)politizantes". *Astrolabio. Nueva Época* 19, 2017: 118-143.

GAMBAROTTA, Emiliano. "Pluralismo y absolutismo en la crítica. Dialéctica reflexiva y política democrática a partir de M. Horkheimer y Th. W. Adorno". *Trans/form/ação. Revista de filosofía* 43 número especial, 2020a: 99-118.

GAMBAROTTA, Emiliano. "Mímesis e identidad política. Una problematización adorniana de la democracia". *Kritherion. Revista de filosofía* 146, 2020b: 381-402.

GAMBAROTTA, Emiliano. "Educar para la democracia: autonomía y juicio a partir de Theodor W. Adorno y Walter Benjamin". En GLAYDES GUIMARÃES DE FARIA, G. y CASTRO CHAVES, J. (orgs.), *Fundamentos dos processos educativos e formação humana*. Editora da Imprensa Universitaria: 2020c, pp. 35-48.

CASTRO CHAVES, J. "La educación en los tiempos del espíritu del neoliberalismo". *Perspectiva*, 40(1), 2022: 1-15.

CASTRO CHAVES, J. "Sobre la libertad hoy. Neoautoritarismo y neoliberalismo a la luz de la pandemia". *Intersticios Sociales*, N° 25, 2023a.

CASTRO CHAVES, J. "Otra idea del socialismo, a partir de la concepción de la democracia de Axel Honneth". *Las Torres de Lucca. Revista Internacional de Filosofía Política* 12(1), 2023b: 11-21.

CASTRO CHAVES, J. *Crítica corporal de lo político*. Buenos Aires: Prometeo, 2023c.

CASTRO CHAVES, J. "Para una *Realpolitik* de lo público. Reflexiones a partir de la perspectiva de Pierre Bourdieu". *Diferencia(s). Revista de teoría social contemporánea*, en prensa.

HORKHEIMER, Max y Theodor W. ADORNO. *Dialéctica de la ilustración*. Madrid: Trotta, 2001.

MARX, Karl y Friedrich ENGELS. *La ideología alemana*, Madrid: Akal, 2017.

SENNETT, Richard. *El declive del hombre público*. Barcelona: Península, 1978

SENNETT, Richard. *La corrosión del carácter*. Barcelona: Anagrama, 2000.

SENNETT, Richard. *La cultura del nuevo capitalismo*. Barcelona: Anagrama, 2013.